

Violência em espaços públicos marca o cotidiano das mulheres jovens

Neste 25 de novembro de 2016, Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres, a SOF apresenta resultados preliminares da pesquisa que realizou, em parceria com a Christian Aid, sobre a violência contra mulheres jovens em espaços públicos. A pesquisa buscou saber como as mulheres jovens vivenciam as diferentes formas de violência – física, psicológica, sexual, moral, simbólica – nas ruas e no transporte público, nas periferias, nas universidades, nas festas e nos bares. Procurou conhecer as experiências, os sentimentos e as opiniões, assim como as estratégias de resistência e luta que desenvolvem para enfrentar essa realidade cotidiana.

Além de reunir pesquisas quantitativas e qualitativas dos últimos anos que abordam de maneira específica a violência contra as jovens, universitárias ou da periferia, foram realizados três grupos focais com mulheres de 18 a 29 anos, a maioria auto identificada como negra ou parda, com renda familiar de até R\$ 6 mil, nos meses de julho e agosto de 2016. O primeiro deles com dez militantes de movimentos feministas, partidos e movimento estudantil, de diferentes estados do Brasil; o segundo com oito estudantes de universidades públicas fluminenses, a maioria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) de Nova Iguaçu, campus criado em 2006; e o terceiro com onze moradoras da comunidade de Heliópolis e região, na cidade de São Paulo.

1. RUAS E TRANSPORTES PÚBLICOS

As violências que as mulheres jovens sofrem nos espaços públicos limitam enormemente sua circulação pelas cidades e comprometem sua liberdade de ir e vir. Constituem um mecanismo perverso de controle de sua presença nesses lugares: regulam onde elas podem e não podem estar, definem a que locais podem ter acesso.

De acordo com a pesquisa “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?”, de 2014, do Instituto Avon/Data Popular (com 2.046 jovens de ambos os sexos, de 16 a 24 anos, das cinco regiões do Brasil), 68% das jovens já receberam uma cantada que consideraram ofensiva, violenta ou desrespeitosa; 44% já passaram pela situação de um

homem tentar tirar uma foto ou fazer um vídeo sem sua autorização; e 33% já foram assediadas fisicamente em um transporte público.

Já na pesquisa “Menina pode tudo - Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E?”, realizada em 2015 pela Énois – Inteligência Jovem, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão (com 2.285 mulheres de 14 a 24 anos, com renda familiar de até R\$6 mil, de 370 cidades brasileiras), a palavra “rua” foi a mais citada quando questionadas sobre como a violência aparecia no dia a dia delas.

O estudo mostra que o espaço público é visto como um local onde não há segurança ou respeito pelas mulheres. Para elas, ir para a rua é uma aventura arriscada. A pesquisa revela que 94% das entrevistadas já foram assediadas verbalmente, e 73% delas consideram esse tipo de “cantada” ou elogio feito por desconhecidos um tipo de violência. Além disso, 77% foram assediadas sexualmente, sendo que em 72% dos casos a violência havia sido cometida por desconhecidos.

O medo é um elemento onipresente no cotidiano, um sentimento que cresce junto com elas e molda suas rotinas: medo de estupro, agressão física, assalto, assédio sexual ou verbal. O principal temor manifestado pelas jovens dos grupos focais, sem dúvida, se refere à violência sexual, aquela que deixa marcas psicológicas muito profundas e traumatiza de forma permanente. “Eu não sinto alívio nunca. Não me sinto segura em lugar nenhum”, disse uma jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

Entre as entrevistadas da pesquisa “Menina pode tudo”, 90% já deixaram de fazer alguma coisa por medo da violência. Nos grupos focais, elas relataram que, pelo simples fato de serem mulheres, muitas deixam de sair à noite, voltar para casa quando querem, entrar em determinados lugares, circular por algumas ruas, responder a cantadas, usar certas roupas, ir à academia, viajar sozinhas, estudar na faculdade que gostariam ou até mesmo cursar uma universidade.

Nos trajetos que percorrem no dia a dia, nas ruas e no transporte público, o medo se relaciona muito mais ao próprio corpo. Temem passar por lugares escuros, desertos, cheios de mato. Segundo elas, para se proteger, seu corpo fica constantemente enrijecido nesses caminhos cotidianos; elas são obrigadas a criar uma espécie de

escudo, uma armadura contra possíveis ataques. Existe uma permanente sensação de vulnerabilidade por parte delas. Para usar o transporte público, escolhem roupas, horários e trajetos pensando nisso. São comuns os relatos de “apalpadas”, “encoxadas”, “dedadas”, e homens se masturbando nesses espaços.

Muitas evitam fazer grandes deslocamentos por causa dos riscos envolvidos. Procuram não andar sozinhas e, às vezes, até deixam de sair se não encontram uma companhia para o trajeto. As participantes observam uma diferença grande de liberdade de circulação em relação aos homens da mesma idade. Os pais de muitas delas só as deixam sair se estiverem acompanhadas de amigos do sexo masculino ou do namorado; o mesmo não acontece com os irmãos, mesmo que sejam mais novos.

As famílias se preocupam bastante com a segurança dessas jovens e, segundo elas, muitas vezes transmitem essa apreensão de forma excessiva, tolhendo sua liberdade. Vários pais e mães agem como se elas devessem se restringir o máximo possível ao ambiente doméstico, para se proteger dos riscos iminentes de estar na rua.

Tudo isso gera uma relação bastante desigual com o espaço público: em geral, os homens parecem se sentir muito mais à vontade para circular pelas cidades do que as mulheres. Eles estão tão confortáveis nesses locais que muitos se sentem no direito de abordá-las de forma agressiva. “É por conta dessas coisas que a gente vive, das experiências que a gente ouve, que a gente aprende que não tem acesso à cidade”, avalia uma jovem do Grupo de Heliópolis.

2. UNIVERSIDADES

Na pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, do Instituto Avon/Data Popular de 2015 (com 1.823 universitárias e universitários de todo o país, sendo 86% de 16 a 35 anos), a universidade também aparece como um espaço de medo para as estudantes. Apenas 10% das entrevistadas relataram espontaneamente ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas, mas quando estimuladas com uma lista de violências, 67% delas reconheceram que foram submetidas a várias. Entre as alunas, 42% afirmaram que já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário, e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por esse motivo.

Se, na rua e nos trajetos, a violência contra as jovens se remete principalmente ao corpo e à violência sexual, no ambiente universitário, por outro lado, ela se relaciona muito mais à desqualificação intelectual, uma violência moral e simbólica. Na pesquisa do Instituto Avon/Data Popular, 49% das mulheres afirmaram já ter sido vítima de desqualificação intelectual ou piadas ofensivas por serem mulheres. Em relação a agressões morais e psicológicas, 52% das entrevistadas já passaram por isso. Quanto ao assédio sexual, que inclui comentários com apelos sexuais indesejados, cantadas ofensivas e abordagens agressivas, 56% delas já sofreram esse tipo de violência.

Nos grupos focais, elas contaram que, tanto nas universidades quanto em cursinhos e escolas, sofrem assédio moral e sexual por parte de alguns professores, perseguições nas redes sociais e durante as aulas. Muitas vezes elas têm suas falas deslegitimadas, ouvem ofensas, xingamentos, desqualificações de suas ideias feministas. Relatam ainda casos de professores que fazem competição quanto a quem tem relações sexuais com mais alunas.

Segundo elas, as piadas machistas, racistas, classistas, LGBTfóbicas são constantes e abertas em sala de aula. Frases inaceitáveis, como "com esse vestidinho você pode fazer o que quiser na minha aula" ou "os portugueses conseguiram fazer filhos nas índias, mas não conseguiram meter a língua na cabeça delas", já foram ouvidas por participantes da pesquisa. "Um professor já me falou que se eu fosse me dar bem na vida ia ser pelo meu corpo", conta jovem do Grupo de Heliópolis.

Quando elas reagem às ofensas e piadas, são chamadas de loucas, violentas, agressivas e acusadas de ter mania de perseguição, de se vitimizar e fazer "mimimi". Se alguma professora ou professor resolve apoiá-las, acaba sofrendo retaliações.

Também é frequente que alguns docentes falem para as mulheres que elas são incapazes, que não deveriam estar ali. Assim, muitas ficam inseguras no ambiente universitário e com baixa autoestima para as atividades acadêmicas. Algumas, inclusive, têm medo de cursar disciplinas de Ciências Exatas, pois quando chegarem na sala de aula os colegas serão quase todos homens e elas já sabem que vai haver violências por parte de alguns deles.

Em relação aos colegas, elas contam sobre rankings sexuais que eles fazem das universitárias, hinos de faculdade ofensivos, trotes machistas, fotos das meninas nuas que circulam pelo WhatsApp, entre outras formas de violência. Em Nova Iguaçu, na UFRRJ, alguns estudantes chegaram ao ponto de elaborar uma ode à violência contra as mulheres: na sala de convivência, montaram o “Mural do Mito”, uma série de fotos de jogadores, atores e outras celebridades que já haviam sido denunciados por agredirem suas parceiras.

Embora a desqualificação e o assédio moral e sexual estejam mais presentes nos relatos das universitárias, estupro e agressões físicas também são uma realidade nesse ambiente. De acordo com a pesquisa do Instituto Avon e Data Popular, 28% das entrevistadas já sofreram alguma violência sexual e 10% violência física. No campus de Seropédica da UFRRJ, por exemplo, os casos são frequentes e geraram fortes mobilizações das universitárias. Em 2013, uma das alunas que sofreu uma tentativa de estupro criou no Facebook a página “Abusos cotidianos – UFRRJ”, que em pouco tempo reuniu mais de 600 relatos de violência sexual contra as mulheres nessa universidade nas últimas décadas. Em São Paulo, entre 2014 e 2015, a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades da Assembleia Legislativa chegou a mais de 110 casos de estupro ocorridos somente na Universidade de São Paulo (USP) nos últimos dez anos.

3. AMPLIAÇÃO DO ACESSO: MAIS MULHERES NEGRAS, POBRES E PERIFÉRICAS

Na última década, uma série de medidas ampliou e diversificou o acesso à universidade no Brasil, favorecendo a entrada de mais mulheres negras, pobres e periféricas nas universidades brasileiras. No entanto, essas instituições não se prepararam de forma adequada para acolher esse novo público. Por isso, essas novas estudantes sofrem violências específicas no ambiente universitário, no entrecruzamento entre machismo, racismo e preconceito de classe. “Teve um professor que falou em sala de aula, e que a gente escrachou depois, que negra só era boa pra cama, que boa mesmo era a mulher branca pra casar”, relata jovem do Grupo de Militantes.

A universidade aparece nos relatos como um espaço que não é natural para mulheres negras e pobres, que está organizado para que elas se sintam o tempo todo deslocadas. É forte a sensação de que elas precisam ser sempre muito melhores do que os outros. A universidade não oferece as condições necessárias para que continuem estudando. As bolsas-auxílio são muito baixas e não são oferecidas em quantidade suficiente, as moradias estudantis não comportam todas as pessoas que precisam delas, não há creches onde possam deixar seus filhos. Além disso, em muitos lugares não existem ônibus da periferia direto para a universidade, nem passe livre para estudantes que morem em outro município da região metropolitana.

Elas reclamam que não se leva em conta o fato de que, além de estudar, essas mulheres precisam trabalhar para seu sustento e de seus familiares e ainda têm que fazer o trabalho doméstico em suas próprias casas. Além disso, dificilmente elas conseguem pegar todas as disciplinas à noite, como necessitariam.

Em relação às mulheres pobres e periféricas, as piadas também são constantes entre colegas de ambos os sexos, que muitas vezes evitam o convívio social, não as convidam para festas, não querem formar grupos de trabalho com elas. “Até hoje não tenho vínculo de amizade dentro da minha sala de aula por ser de Heliópolis. Quando você vai dar alguma opinião, a pessoa fala: ‘de novo a favelada’”, diz jovem do Grupo de Heliópolis.

Assim, a universidade aparece no discurso delas como um lugar de perpetuação do machismo, do racismo e de várias outras formas de preconceito. Um espaço tão perverso que tem potencial de gerar sofrimento, adoecer as mulheres e causar depressão.

4. FESTAS E BARES

Em relação a festas e bares, também são frequentes os relatos de abusos sexuais, agressões e assédios nesses ambientes. A festa é um espaço ao mesmo tempo de prazer e tensão para as mulheres jovens. Por medo de serem drogadas e estupradas, muitas vezes elas bebem menos do que gostariam. O divertimento, em várias situações, fica comprometido pela sensação de perigo iminente.

Elas contam que, nas cervejadas e festas universitárias, por exemplo, precisam sempre ter uma relação de cuidado umas com as outras. Diversas vezes uma delas se voluntaria para não beber e ficar atenta ao que está acontecendo. De acordo com a pesquisa sobre o ambiente universitário do Instituto Avon/Data Popular, 12% das entrevistadas já foram forçadas a ingerir bebidas alcoólicas e 27% dos homens não consideram violência abusar da garota se ela estiver alcoolizada.

Nos grupos focais, foram muitos os relatos de estupros nas festas, especialmente quando estão bêbadas, ou sob efeito de drogas. Algumas vezes, inclusive, são drogadas sem consentimento, quando colocam alguma substância na bebida que elas estão tomando.

Muitos homens consideram que, se elas estão naquele espaço, estão à disposição deles. Nas festas, quando as mulheres passam, alguns homens abraçam sua cintura, puxam o cabelo, passam a mão. Por isso, também nesses ambientes elas procuram sempre andar em grupo. Se estão acompanhadas de um homem, o comportamento dos outros é quase sempre diferente, mais respeitoso. Assim, quando são abordadas de maneira indesejada, muitas mentem que o namorado está no banheiro, para se livrar do assédio.

Muitas festas estimulam as mulheres a beber, justamente para que fiquem mais vulneráveis para os homens. Muitas liberam entrada e bebida grátis só para elas no começo da noite. Outras definem que mulheres sem calcinha não pagam, ou de minissaia, ou a que tiver a maior bunda. Contam também das festas da espuma, em que as meninas de calça ou saia branca não pagam, porque a roupa fica transparente.

5. ESTRATÉGIAS DE LUTA, AUTO-ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

As participantes dos grupos consideram que a auto-organização das mulheres tem sido cada vez maior nos últimos anos, com a expressiva repercussão desses temas nas redes sociais, as múltiplas manifestações em lugares públicos, a força crescente dos movimentos feministas. Elas se dizem mais seguras para enfrentar e denunciar essas violências, tanto dentro das universidades quanto fora delas. Se antes as mulheres eram apresentadas apenas como vítimas nos meios de comunicação ou responsabilizadas pela

violência sofrida, hoje podem entrar em contato com outras histórias de resistência feminista e compartilhar experiências e denúncias por meio das redes sociais.

Em reação às violências que sofrem cotidianamente, as jovens organizam mobilizações para denunciar os agressores, atos públicos feministas, apitaços, escrachos. Formam coletivos de mulheres e redes feministas nas periferias e universidades, fazem reuniões para empoderá-las e estimulá-las a denunciar, criam páginas e grupos em redes sociais para relatar abusos sofridos, postam textos no Facebook para denunciá-los, desenvolvem aplicativos para mapear os casos de assédio sexual nas cidades.

Nas universidades, entram com processos administrativos contra professores e colegas, criam ouvidorias de combate às opressões ou setoriais de mulheres nos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos. Também ocupam os espaços universitários com cartazes, pichações, campanhas e eventos feministas, espalham lambe-lambes para expor as frases machistas e racistas dos professores, divulgam listas dos agressores da universidade. Elas se mobilizam para proibir os hinos machistas das faculdades e para abolir os trotes violentos.

Assim, as denúncias têm aumentado, mas lamentavelmente isso ainda tem surtido pouco efeito concreto. Em particular nas universidades, que tentam abafar ou minimizar esses casos. Na maioria, não existem mecanismos adequados de recebimento de denúncias, de acolhimento e assistência às vítimas e de punição dos responsáveis. Em geral, as universidades protegem professores e alunos agressores, sendo raro haver alguma sanção.

A contraofensiva em relação a essa crescente luta das mulheres também tem sido forte. Nas universidades, professores e colegas reagem com violência às denúncias e protestos: perseguem-nas em sala de aula e nas redes sociais, escrevem textos desqualificando-as, destroem os materiais de mobilização. Não é raro, inclusive, que as denúncias se revertam e os professores acabem processando as denunciadas na Justiça. Em alguns casos, sem apoio da universidade, as mulheres chegam a largar o curso.

6. O QUE PRECISA SER FEITO

Aparentemente, a violência contra mulheres jovens nos espaços públicos se intensificou nos últimos anos, com a onda conservadora, a polarização política e o acirramento dos conflitos na esfera pública em tempos recentes. Por um lado, houve um aumento inegável do empoderamento das mulheres, individual e coletivo, um crescimento do feminismo entre as jovens, de sua auto-organização e da consciência da necessidade de lutar contra as desigualdades de gênero. Por outro, tudo isso vem gerando uma contraofensiva extremamente violenta, que atinge em especial as mulheres jovens, pobres, negras e periféricas.

Para além do aprofundamento das políticas de redução das desigualdades e do fortalecimento da luta das mulheres, várias medidas se mostram necessárias para enfrentar esse problema. Algumas dizem respeito a políticas urbanas, que deixem as cidades menos hostis para as mulheres, como melhorias nos transportes públicos e na iluminação pública. Outras relacionadas à segurança pública e à Justiça, como a ampliação do número de delegacias de atendimento à mulher, com equipes multidisciplinares, e a criação de núcleos da mulher nas defensorias públicas e promotorias especializadas no tema.

As universidades, por sua vez, devem criar mecanismos efetivos de recebimento das denúncias, acolhimento das vítimas e assistência a elas, apuração célere dos fatos e responsabilização dos agressores. Mais que isso: é fundamental que as universidades estejam mais bem preparadas para a democratização do acesso da última década. É necessário desenvolver ações como a capacitação de professores e funcionários, para que não reproduzam preconceitos e violências, a oferta de benefícios de transporte, alimentação, alojamento e creche infantil, além de bolsas-auxílio suficientes para estudantes de baixa renda, que ajudem a mantê-los na universidade.

Para dar conta da questão cultural envolvida na violência contra as mulheres, são imprescindíveis também medidas relacionadas à educação, como a inclusão da discussão sobre gênero nos currículos escolares e o desenvolvimento de campanhas educativas sobre os direitos das mulheres. Essas medidas têm sido importante alvo da ofensiva conservadora em tempos recentes, que tenta, sem sucesso, silenciar a proliferação de vozes feministas.